

O Integralismo Lusitano: da matriz doutrinária ao modelo pedagógico*

Por Armando Malheiro da Silva

Ao José Aníbal Castro Marinho Soares Gomes, antigo amigo há pouco reencontrado, responsável pelo reaparecimento parcial deste ensaio de outro século...

«Ao Princípio era o Verbo ... » E confessar o Verbo ao princípio de todas as coisas, é confessar o Espírito dirigindo o Mundo, é confessar a inteligência encaminhando a acção».

António Sardinha

1. O voo do Pelicano na Pátria decaída

De tudo o que se tem escrito sobre a crise de 1890-92, pode-se inferir que ela constituiu um importante ponto de chegada e de começo. De chegada, porque marcou o fim do percurso iniciado pela «civilização liberal», após o estímulo regenerador de 1851—percurso contraditório, incapaz de operar o renascimento integral do país, e, responsável pelo sombrio ocaso e, flagrante descrédito daquela (já visíveis a partir de 1868). E, de começo, porque abriu as portas a um explosivo período de ruptura política, sócio-económica e cultural em que o republicanismo, num conluio nítido com a Maçonaria, apareceu como o depositário de todas as esperanças e o agente mágico das necessárias transformações — o ideário republicano foi tecido no ambiente complexo da Geração de 70, caracterizado pela humilhante supremacia dos sistemas vindos do estrangeiro, por comboio (Hegel, Comte, Proudhon, Marx...) e pela saudável tentativa de erguer bem alto um Pensamento genuinamente português.

Uma análise atenta e profunda desse período de ruptura, assaz convulso, permite-nos descobri-lo como reflexo duma intrincada crise de identidade vivida pelo país em vários níveis: em nível político, merece destaque a tendência autoritária — sintoma bem expressivo — que teve o apoio da Liga Liberal, presidida por Augusto Fushini, e de homens como Oliveira Martins, convictos de que era possível «vida nova» se o Rei, ofuscando os partidos, governasse a Nação (ensaio de «vida nova» feito *in extremis*, a ditadura de João Franco frustrou os últimos esforços

* Este texto é extraído, com a supressão das partes relativas ao Movimento da "Renascença Portuguesa", do artigo que publicamos em 1982 na revista *Bracara Augusta*: Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano. *Bracara Augusta*, Braga, 36 (81-82) Jan.-Dez. 1982, p. 433-489, texto datado e superado, entretanto, por estudos mais recentes versando o Integralismo, mas que pode, mesmo assim, ainda suscitar, hoje, algum interesse. Serviu de base à palestra/debate sobre "O Integralismo Lusitano: Xavier Cordeiro" realizada no dia 23 de Abril de 2014, às 21h30m no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, que contou, também, com a presença do Dr. José Aníbal Marinho Gomes, Presidente da Real Associação de Viana do Castelo. Manteve-se, por razões óbvias, a grafia anterior ao Acordo Ortográfico.

de D. Carlos para salvar o agonizante constitucionalismo monárquico); em nível social, salienta-se a situação crítica da burguesia, que buscava um novo e sólido ponto de equilíbrio (e de encontro) encontro) face a diversas ameaças, nomeadamente a representada por um proletariado sedento de justiça social e imbuído de anarco-sindicalismo — entretanto o país ia-se entalando, mais e mais, entre a bancarrota e a miséria; em nível cultural a crise atingiu, também, o paroxismo, que foi reflectido, de modos vários, por um Teófilo Braga, um Sampaio Bruno, um Fernando Pessoa, um Leonardo Coimbra, um António Sérgio, um António Sardinha... O poeta dos heterónimos encarou-o com uma forte paixão messiânica que lhe abrasava o estro:

«(...) para Portugal se prepara um ressurgimento assombroso, um período de criação literária e social como poucos o mundo tem tido. (...) Tudo indica portanto, que o nosso será, como aquele, maximamente creador. Paralelamente se conclue o breve aparecimento na nossa terra do tal supra-Camões. Supra-Camões? A frase é humilde e acanhada. A analogia impõe mais. Diga-se «de um Shakespeare» e dê-se por testemunha o raciocínio, já que não é citável o futuro»⁽¹⁾.

Este presságio «sebastianista» de Pessoa confirma a ferida aberta na alma portuguesa, porque o sebastianismo, como bem observou Eduardo Lourenço, «representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência»². Fraqueza nacional sintoma de crise profunda, que deve ser medida através de inquéritos sistemáticos. Para que se consiga impulsionar um exaustivo entendimento da realidade mítica do Ego lusitano, poderá um desses inquéritos incidir sobre a mensagem global e rica dos movimentos aparecidos nos alvores deste século («Renascença Portuguesa», «Orpheu», «Portugal Futurista», «Integralismo Lusitano», «Seara Nova»...) e dos «profetas» isolados como um Raul Leal ou Henoch, vulto injustamente esquecido³.

Empunhando a espada, símbolo da força renovadora tão necessária, a República fez finalmente a sua estreia em Lisboa a 5 de Outubro de 1910, quase vinte anos depois do sangrento e frustrado 31 de Janeiro de 1891, surgido em plena erupção nacional e na burguesa cidade do Porto (berço do célebre Sinédrio e urbe invicta). Houve, de facto, um atraso arreliaador para os republicanos, mas a chama continuava acesa e a conjuntura ainda era algo propícia para se cumprir o programa idealizado por Antero de Quental: «A República, é no estado, liberdade; nas consciências, moralidade; na indústria, produção; no trabalho, segurança; na nação, força e independência. Para todos, riqueza; para todos, igualdade; para todos, luz»⁴.

Ressurgir ou renascer tornaram-se de imediato palavras de ordem cruciais tanto para idealistas sinceros, como para demagogos encapotados. Uns e outros haviam sofrido o terrível feitiço da retórica inflamada e convincente, poética e acintosa, então reinante. Uns e outros

¹ Cfr. PESSOA, Fernando, *Reincidindo...*, in «A Águia», 2.ª série (5 Maio 1912) p. 143.

² Cfr. LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português. Lisboa*. Publicações Dom Quixote, 1978, p. 24.

³ Vide GOMES, Pinharanda, Raul Leal— *Iniciação ao seu conhecimento. Sumário Bio-Bibliográfico*, in «Gil Vicente», Guimarães, 2.ª série, 9-10 (Set.-Out. 1962) pp. 133-140; e id., Raul Leal... *Sumário Ideológico*, in ibid., 11-12 (Nov.-Dez. 1962), pp. 176-183.

⁴ Cfr. QUENTAL, Antero de, *A República (1870)*, in «Prosas», t. III, p. 188 — cit. por SERRAO, Joel, *Da República Portuguesa e de Fernando Pessoa nela*, introd. de «Da República» (1910-1935). Lisboa, Ática, 1978, p. 28.

fizeram-se arautos de belas promessas, enquanto que a «Formiga Branca» prosseguia voraz e demolidora, perante a intrepidez do Couceiro conspirador...

A revolução que entusiasmava o coração de uns, gerava noutros sentimentos contra-revolucionários. Surge na Bélgica um grupo de moços, Domingos de Gusmão Araújo, Luís de Almeida Braga e Rolão Preto, responsável pela revista «Alma Portuguesa» (1913), gérmen do Integralismo Lusitano. Esses moços situavam-se no campo monárquico, ferido por graves e antigas cisões.

O pacto de Dôver (30/1/1922) conseguiu formalizar um acordo, embora temporário, entre as duas tendências opostas: constitucionais e legitimistas. Estes encarnavam o Miguelismo, mito complexo (mescla de valores, crenças, traumas colectivos, caracteres idiossincrásicos, etc.) gravado na alma lusitana, e presente no espírito desses rapazes, leitores atentos de Charles Maurras e fervorosos defensores da Tradição. Ela «é a lembrança de momentos e acções sucessivas, realizadas em tempos diferentes, mas tendo entre si um veio eterno que as liga e lhes dá unidade. As fórmulas envelhecem com os homens; é preciso, pois, renová-las para que conservem mocidade e frescura»⁵.

Isto significa que, para eles, o dever histórico definia-se como evolução na continuidade, tornando-se, neste sentido, possível recuperar no presente modelos usados com êxito no passado—Idade Média e período da Restauração. Recuperação necessária, na sua perspectiva, porquanto as propostas republicana e Liberal procediam da degenerescência total da civilização europeia, nítida a partir de 1789: unir as hostes monárquicas em torno dum ideal ardente e dum combate sem tréguas contra a República, eis o linear propósito que os galvanizava, e que seduziu jovens desiludidos⁶, destacando-se dentre eles António Sardinha, membro em 1913 do núcleo integralista do interior (a revista de difusão restrita «Integralismo Lusitano» foi o seu órgão oficial), a que, também, pertenceram João do Amaral (outro desiludido), Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Alberto de Monsaraz — estes dois últimos foram os principais sustentáculos económicos do movimento.

Desiludido e sagaz, Sardinha viria a estabelecer um lógico e estreito paralelo entre o 5 de Outubro e a Revolução de 1820, e a superar o processo de gestação do «Pelicano», dotando-o dum sistema doutrinal coerente e radical; sistema que, como o criacionismo, emergia dentro do «triângulo ideológico» dominante na época: positivismo e seus derivados (merece especial destaque o maurrasianismo), evolucionismo de Spencer e materialismo de Haeckel e suas ramificações (anarquismo, marxismo, etc.).

No ano de 1914, a «cruzada» integralista recebeu um decisivo impulso com o regresso dos exilados, que logo se juntaram aos membros do núcleo do interior, e com o lançamento da revista «Nação Portuguesa». Em pouco tempo já o Integralismo Lusitano dispunha duma ampla rede organizativa, cuja cúpula dinamizadora — a Junta Central— foi criada em 1916, ano em que se realizaram as conferências da Liga Naval Portuguesa sob o título genérico de «Questão

⁵ Cfr. BRAGA, Luís de Almeida, art. publ. in n.º 2 de «Alma Portuguesa»— cit. por PERES, Damião, *História de Portugal* (Suplemento). Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 18.

⁶ E latifundiários, como sugere António J. TELÓ, em «Decadência e Queda de I República Portuguesa» (Lisboa, A Regra do Jogo, 1.º vol., 1980). Referindo-se ao Integralismo Lusitano no quadro das forças conservadoras do ele após-guerra, ele observa que os principais Integralistas— A. Sardinha, J. A. Pequito Rebelo e Conde de Monsaraz — eram grandes senhores de terras no Alentejo. Disto infere imediatamente, que a doutrina, «cheia de anacronismos», por eles defendida reflectiu o espírito e os interesses da sua classe, contrária à reforma da agricultura nacional proposta pela República e à burguesia urbana (mais o seu «famigerado progresso tecnológico»).

Ibérica»⁷, as quais abriram caminho a um iberismo, diverso do defendido, em meados de oitocentos, por D. Sinabaldo de Más, Latino Coelho ou Félix Henriques Nogueira⁸.

Entretanto, cresceu a penetração da doutrina integralista nas várias regiões do país, mediante um número cada vez maior de semanários regionais a ela afectos. E, em 1917, surgiu o diário «A Monarquia», espelho nítido da sua combatividade ardente, dos seus limites e anacronismos, do seu pendor elitista, da sua influência junto dos «elementos da antiga nobreza, latifundiários, camponeses ricos e os seus filhos nos meios estudantis»⁹ e do seu pragmatismo político, bem visível em 1918-19, quando Sidónio Pais, interpretando os sentimentos de dor e de revolta dum povo atirado para a terrível Guerra de 14-18, impôs uma experiência insólita: uma «República Nova» com um «Presidente-Rei»! Mas, a sua brusca morte, obstruindo a via do restauracionismo mediato e subtil, lançou os homens do «Pelicano», em conluio com os soldados de Paiva Couceiro, na aventura precipitada e frustrante da Monarquia do Norte e no combate desastroso de Monsanto.

Estes desaires produziram, como é óbvio, um imediato e profundo mal-estar nas forcas monárquicas. A ruptura com os «couceiristas» tornou-se, por isso, inevitável, seguindo-se-lhe o polémico *ultimatum* dirigido pelos integralistas a D. Manuel II como meio de obrigá-lo a comprometer-se com os seus ideais; mas, perante a categórica recusa do ex-monarca, a J. C. I. L. teve de virar-se para D. Miguel II. Ao cabo de difíceis negociações, ficou acordado que este abdicaria os seus direitos de pretendente ao trono a favor de seu filho D. Duarte Nuno, ainda menor. Não tardou, porém, que o compromisso fosse paradoxalmente posto em causa pelos miguelistas. Descontentes com a incapacidade conspiratória da Junta, voltaram-lhe as costas e julgaram mais seguro reconhecer D. Manuel como Rei legítimo. A agravar isto, deu-se a cisão, há muito latente, dos integralistas críticos quanto à conduta da própria J. C. I. L. (Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, etc.), os quais constituíram a «Acção Realista Portuguesa», em 1923. Neste mesmo ano, integralistas e seareiros estiveram juntos, embora por pouco tempo, na revista «Homens Livres»¹⁰.

Encurralada, e vendo a sua actuação política à beira do descrédito, a Junta Central só teve como alternativa auto suspender-se *sine die*. Isto equivaliu quase a um «suicídio», mas surpreendentemente o Integralismo Lusitano pôde resistir a esse golpe, obtendo um sensível acréscimo de vigor e de empolgante apoio. Intensificaram-se as infiltrações integralistas no exército; subiu a sua influência entre as associações patronais e agrícolas e a imprensa regional ao seu serviço multiplicou-se bastante. A questão dinástica continuaria, no entanto, a ser um «espinho» incómodo e fixo. Malograra-se o Pacto de Paris (17/4/1922) e falhariam, também, as

⁷ A Questão Ibérica — O Território e a Raça» (Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1916) contém as seguintes conferências: «o Território e a Raça» por A. Sardinha; «A Língua e a Arte» por Hipólito Raposo; «Música e Instrumentos» por Luís de Freitas Branco; «Aspectos Económicos» por J. Pequito Rebelo; «Colonizações Ibéricas» por Rui Enes Ulrich (presidente da J. C. I. L.); «Direito» por A. Xavier Cordeiro; «Aspectos Político-Militares» por Vasco de Carvalho e (Lição dos Factos» por L. de Almeida Braga. Ficaram por publicar a de Alberto de Monsaraz e a de Augusto Picão Tello «A Família e a Tradição».

⁸ Vide MASCARENHAS, Manuela, *A Questão Ibérica (1950/1980)*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. XXXIV, 78 (Jul-Dez. 1980), pp. 183-626.

⁹ Cfr. TELO, A. J., *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, ob. cit., p. 54.

¹⁰ Vide MEDINA, João, *O Pelicano e a Serra. A Revista Homens Livres* (texto integral). Lisboa, Edições António Ramos, 1978.

diligências da «Acção Realista» para unir as várias facções, o que só foi possível com a morte de D. Manuel II. Essa questão contribuiu, pois, para esvaziar, de sentido prático, a luta do «Pelicano» contra a República agonizante.

Posto isto, penetremos, com o intuito de comparação, na «Nação Portuguesa». Ela permite-nos dividir o Integralismo Lusitano em duas grandes fases: a primeira vai até 1926, e a segunda ultrapassa a data da extinção oficial (1933), prolongando-se até 1938. O que há de significativo nesta fase, é a passagem do testemunho da velha geração integralista a uma geração nova, já algo distante do dilema Monarquia-República e da génese doutrinária. Dilema e génese, que constituíram, de facto, o fulcro da primeira fase ou, por outras palavras, o conteúdo básico da acção integralista.

A «Nação Portuguesa», que apareceu com o subtítulo de «Revista de Filosofia Política», começou por ser dirigida por Alberto de Monsaraz, sucedendo-lhe, em breve, António Sardinha, director até 1925, ano da sua prematura morte. Durante todo este período, ela teve como colaboradores os integralistas da primeira linha, alguns positivistas confessos e um ou outro vulto ilustre da época. A. Xavier Cordeiro, Amadeu de Vasconcelos (Mariotte), João do Amaral, J. A. Pequito Rebelo, L. de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Domingos de Gusmão Araújo, Alfredo Pimenta, Francisco de Sousa Gomes Veloso, D. Luís de Castro, etc. formaram o elenco respectivo.

Em termos de mensagem específica, a revista revela-nos, de imediato, uma homogeneidade, que é menos visível em «A Águia», e uma firme intenção de superar o lirismo da «Alma Portuguesa» e a violência desordenada de «Os Cadernos» de «Mariotte». Submetendo-a a uma leitura atenta, pode-se constatar, que os principais artigos, publicados no ano 1, constituem os pilares do edifício doutrinário desenvolvido nos anos seguintes. Com efeito, logo no primeiro número existe um pequeno texto, que é uma espécie de síntese programática do pensamento político do Integralismo Lusitano; intitula-se «O que nós queremos: Monarquia orgânica tradicionalista anti-parlamentar» e condensa admiravelmente os dois vectores-chave do referido pensamento: a tendência concentradora (nacionalismo) e a tendência descentralizadora (corporativismo e regionalismo).

Esse «mini-programa» foi de pronto, enriquecido nos números posteriores. No n.º 3, Alberto de Monsaraz, em «O Nosso Rei», explicita a doutrina do seu grupo, declarando-se abertamente contra o individualismo gerado pela «funesta Revolução Francesa» e contra o absolutismo dinástico da Renascença (a Pátria, afirma ele, só fruiu o «equilíbrio perfeito» na «Era de Quatrocentos»); nesse mesmo número, Alfredo Pimenta disfiere, em «Parlamentarismo», uma crítica feroz na instituição parlamentar, dizendo que ela é incompatível com os povos de sangue latino. No n.º 4, Pimenta volta à liça, desta vez para analisar «O Problema Religioso», mostrando que os ataques, lançados pela Ciência contra a Religião, não possuíam quaisquer fundamentos, facto que ela própria havia já reconhecido — pôde, assim, rever certas posições, não mais concebendo, por exemplo, o Catolicismo como um perigo social. Também no n.º 4, Sardinha, em «O Poder pessoal e Poder absoluto», retoma a abordagem de Monsaraz, distinguindo entre absolutismo— degenerescência renascentista — e poder pessoal — o único que confere ao Estado as suas convenientes dimensões— e sublinhando que o Integralismo Lusitano não era uma cópia da «Action Française», porque já havia, com longas raízes, uma Contra-Revolução genuinamente Portuguesa, a que ficaram ligados nomes como o de João Pinto Ribeiro, o de José de Gama⁽¹¹⁾, o de José Agostinho de Macedo entre outros. No n.º 5, Hipólito Raposo refere-se à «Natureza da Representação», defendendo como única representação aceitável a integral, isto é, a que engloba todos os interesses, direitos e aspirações de quantos laboram em qualquer ramo de produção ou actividade, e, neste sentido, classifica de aberrante, seguindo uma leitura radical dos trabalhos de Gustave Le Bon, o «sufrágio da multidão eleitoral». Por último, deve citar-se o artigo de L. de Almeida Braga, «Sindicalismo e República» (n.º 5), porque aí o Autor lança as bases da futura perspectiva laboral do Integralismo (o nacional-sindicalismo de Rolão Preto), opondo a teoria sindical de raiz corporativa ao

socialismo, e insistindo na necessária harmonia entre proletariado e patronato, porque como dissera Leveie «casamento de amor ou casamento de conveniência, n'um deles tem de se ligar o capital e o trabalho, porque em indústria não se pode ficar solteiro».

Mas, voltemos ao n.º 1. para referir dois estudos muito importantes. O primeiro, «Teófilo, Mestre da Contra-Revolução» de A. Sardinha, testemunha, por um lado a consagração do positivismo como base do discurso contra-revolucionário, e, por outro lado, o processo de anular a eventual dependência integralista face ao maurrasianismo, mediante a pesquisa histórico-crítica dos artífices do Nacionalismo Luso e de certas «*persona non grata*» (caso de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Teófilo Braga...). O segundo, «Pela Dedução à Monarquia» de J. A. Pequito Rebelo, reflecte um curioso intuito de sistematização doutrinária, que o Autor desenvolveria ao longo de vários anos até obter um grosso manual (publicado em 1945) útil para as novas gerações. Também a Estética Integralista, peça básica da doutrina do «Pelicano», recebeu no ano 1, um decisivo impulso com dois interessantes artigos: em «Humanismo e Nacionalidade» (n.º 6), Hipólito Raposo diseca a herança legada pela Renascença, que ele identifica com desnacionalização, sustentando que o Humanismo contribui para a decadência ou mera substituição dos sagrados valores que dão vida e força a uma Nação (este azedo anti-humanismo assenta numa ideia fixa: o Povo globalmente considerado, isto é, a Nação, e não o homem/individuo, é que é a medida de todas as coisas); por seu turno, Domingos de Gusmão Araújo, em «Da Poesia das Cinzas à Poesia das Brasas», crítica o Saudosismo, acusando a Saudade de nostalgia decadente, morta e adversa da Esperança, a qual goza duma

«dupla prioridade chronologica e metafisica. Esperança e Saudade formam conceitos distintos, porque é metafisicamente impossível, extrahir o conceito da Esperança do conceito da Saudade, e vice-versa. Saudade é um conceito fechado à Esperança: é a poesia das cinzas. (...) Nós queremos a poesia das brasas, o seu calor amorável e generoso. Cremos no imortal imponderável da raça, na brasa eterna da Pátria, que nos aqueceu e iluminou. (...) Verão que a fórmula «Renascença Portuguesa» não desmente o fundo saudosista. Renascença—Passagem do não-ser ao sêr, recreação, o mytho de Phenix. Saudade—Cinzas, necrópoles evaporando-se em vida»¹¹.

À guisa de nota marginal, diremos que a «Nação Portuguesa» introduziu simplificações ortográficas, alegando que estas já haviam sido esboçadas por autores medievais e linguistas do século XVI.

Durante a direcção de A. Sardinha, a revista fornece-nos dados seguros, que permitem captar a completa e profunda mensagem integralista. Uma das principais tarefas do «António de Monforte» foi, recordemo-lo, converter um acervo multiforme de ideias em corpo doutrinário consistente e complexo. Complexo, porque o Integralismo surgiu como síntese algo paradoxal do nostálgico retorno à Idade Média e ao período da Restauração com um anti-helenismo vanguardista, da polémica convicção de que o caos do presente só pode ser eliminado pela reaplicação dos modelos do passado, com a consciência crítica de que liberalismo e civilização tecnológica são sinónimos de desumanização, e dum neo-escolasticismo rígido com um regionalismo criador. Sardinha também contribui, para que a Tradição fosse apresentada na

¹¹ Cfr. ARAÚJO, Domingos de Gusmão, *Da Poesia das Cinzas à Poesia das Brasas*, in «Nação Portuguesa», Lisboa, ano I (1914), p. 176.

revista como conceito dinâmico e existencial — trave mestra do contra-revolucionário — dentro duma peculiar perspectiva histórica, crítica e filosófica.

Na «Nação Portuguesa», deparamos uma proposta historiográfica caracterizada por uma mescla de providencialismo, de insistência na identificação da Pátria com a Monarquia, de pan-hispanismo e de subjectividade (a ideologia interfere na análise histórica). Deparamos, também, uma sistemática «crítica nacionalista», que se pode definir como o conjunto de apreciações negativas ou positivas de correntes, obras e autores, no domínio da literatura e da arte, à luz da defesa da integridade global da Nação — o Romantismo foi a sua maior vítima e a «*literatura nacional*» com os irmãos Gouveias, o Serafim de Freitas, o P.^e Manuel Álvares, o P.^e António Vieira, o Luís de Camões, o Sá de Miranda, etc. o seu melhor exemplo. Esta crítica enquadra-se, segundo Sardinha, entre o nacionalismo ou instinto profundo de vitalidade completado pelo tradicionalismo (produto da experiência secular da humanidade) e o universalismo ou presença viva na totalidade envolvente. E deparamos ainda, [com] um discurso filosófico que reflecte diversas influências. Para além da exercida pela «*Action Française*» (Maurras projectou nela uma curiosa mistura do positivismo, do tradicionalismo de De Bonald e do élan vital de Bergson) devemos citar a dos filósofos «ultramontanos, Joseph de Maistre e Louis de Bonald, pouco confiantes na Razão e defensores da «*crença*» como receptáculo das verdades essenciais, a do comtismo¹², a de certos princípios de Georges Sorel e a da Encíclica «Aeterni Patris» de Leão XIII (texto básico da «Neo-Escolástica»), secundada pelo Cardeal Mercier e por Jacques Maritain. Resumindo, podemos dizer que a leitura dos vários números da «Nação Portuguesa» até 1926 dá-nos os contornos exactos do pensamento integralista, e deixa-nos adivinhar, nas entrelinhas, uma força e um jogo de vectores algo contraditórios, que encerram uma imagem do «Pelicano» assaz complexa, e, por isso, impenetrável às análises simplistas de Carlos Ferrão¹³ e de Raul Proença¹⁴, A. Sérgio¹⁵ e outros seareiros.

2. Princípios Desfraldados

O Integralismo Lusitano revela algumas características de seita, definida esta formal e activamente como «procedimento habitual ou ardente (apaixonado) por parte de várias pessoas de uma atitude (v. g.: doutrinal, filosófica ou não...) originariamente dependente de alguém (chefe) que primeiro e/ou principalmente assumiu essa mesma atitude»¹⁶. No entanto pode afirmar-se que ele, pelo menos durante a liderança doutrinária de António Sardinha, não resvalou no sectarismo, tomado em sentido pejorativo, sendo nítida a busca de certas posições

¹² O experimentalismo (ou é ou não a pedra angular da doutrina da Contra-Revolução? Raul Proença insiste na afirmativa. Dominique PARODI, em «Traditionalisme et Democratie», seguiu igual caminho. No entanto, A. José de BRITO, em «Reflexões acerca do Integralismo Lusitano» (Lisboa, Verbo, 1965, pp. 157-179), nega que as contra-revoluções se baseiem na lição dos factos, da experiência e rejeitem as construções racionais (típicas dos democratas e revolucionários), mostrando, através da leitura rigorosa de alguns textos «ambíguos» de Maurras, que o experimentalismo em vez de ser «o fundamento da contra-revolução é o terreno onde ela estiola e morre».

¹³ Vide FERRÃO, Carlos, *O Integralismo e a República*, Lisboa, 3 vols. 1964.

¹⁴ Vide PROENÇA, Raul, *Acerca do Integralismo Lusitano*. Lisboa, Seara Nova, 1964.

¹⁵ Vide SÉRGIO, António, *Ensaio*. Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora, tomo III, 1972, pp. 193-129. Coube a Sérgio o mérito de denunciar uma certa parcialidade crítica patente nos estudos históricos de Sardinha e seus sequazes.

¹⁶ Cfr. LOPES, António da Costa, *Filosofia e Sectarismo*. Braga, 1980, p. 6.

de abertura, apesar dos verrinosos ataques contra a «ideologia republicana», que, em 1921-22, Ângelo de Morais — convém registar este caso — decidiu formular, em termos criacionistas, sistematizando-a numa Moral e numa Estética¹⁷. A conduta não sectária dos Integralistas (a velha geração) é bem ilustrada pela revista «Homens Livres», que juntou do mesmo lado da barricada «Pelicano» e «Seara Nova»; revista de curta duração, mas que constituiu um facto importante, sobre o qual convém reflectir caso pretendamos restaurar a genuína imagem do Integralismo. Em «Almas Republicanas» (artigo inserto no segundo e último número da revista), A. Sardinha deixou gravada a disposição dialogante do seu grupo: «(...) Ora em combate franco ao individualismo na sua maior manifestação: — a Plutocracia, nos achamos aqui, neste reduto, dando as mãos fraternalmente, criaturas providas dos mais diversos sectores do pensamento humano, desde o senhor Raul Proença (saúdo com respeito o meu adversário!), impugnador incansável das verdades semeadas pelo integralismo, até ao meu reaccionarismo, cada vez mais justificado, mais consciente e mais indefectível»¹⁸.

Raul Proença, o adversário saudado por Sardinha, na crítica implacável que sistematizou em «Acerca do Integralismo Lusitano», levanta para além da discutida e discutível imitação literal da doutrina da «Action Française», e da «maurraísiana filosofia do facto», a questão da recusa do progresso baseada em certas teorias científicas, nomeadamente «as doutrinas biológicas de René Quinton. «Evolução já não significa mudança, modificação, mas antes permanência, fixidez». Assim diz Sardinha. Como se dissesse: Caminhar já não significa mudar de posição, mas estar parado. (...) As doutrinas de Quinton, os senhores estão a ver, permitem afirmar que cada nação

«assenta num inviolável meio vital, o qual consiste no equilíbrio constante das condições especiais de que o agregado brotou, valendo a alteração delas pela queda insanável do organismo». A primeira condição, pois, de toda a política científica é respeitar as primitivas instituições de cada povo, as que constituíram, por assim dizer, o seu «ambiente originário». Como diz Rivarol, res eodem modo conservantur quo generantur»¹⁹.

Contra esta teoria, Proença desenvolve a seguir um conjunto de argumentos tendentes a desarmar pela raiz a sua projecção sociológica. Mas, para além disto, interessa sublinhar o papel fundamentador que a Ciência desempenha na filosofia política do Integralismo. Na filosofia criacionista a Ciência não se limita a fundamentar princípios-chave, ela entra como base constituinte do edifício filosófico.

O binómio Tradição-Progresso, peça essencial do pensamento contra-revolucionário, mereceu a Pequito Rebelo uma particular atenção. Segundo ele, esse dois termos harmonizam-se. O segundo pode definir-se como sendo a aplicação desenvolvida do «conteúdo tradicional», e o primeiro alonga-se em progresso, graças ao «tradicionalismo positivo», corrente que abriu a

¹⁷ Vide MORAIS, Ângelo de, *Ideologia Republicana (Ensaio Criacionista)*. I - Da Moral, in «A Águia», Porto, 2.ª série, vol. XX (Jul.-Dez. 1921), pp. 31-36. E id., *Ideologia Republicana... II-Da Estética*, in «A Águia», Porto, 3.ª série, vol. XXI (Jul.-Dez. 1922), pp. 15-19.

¹⁸ Cfr. SARDINHA, António, *Almas Republicanas*, in João MEDINA, *O Pelicano e a Serra. A Revista Homens Livres...*, ob. cit., p. 100.

¹⁹ Cfr. PROENÇA, Raul, *Acerca do Integralismo...*, ob. cit., pp. 76-77. A. J. de Brito, em «Reflexões acerca do Integralismo...» (ob. cit.), empreendeu uma crítica sistemática ao opúsculo supra citado, salientando inconsistências, equívocos e lacunas da argumentação geral de Proença.

Tradição à teoria evolucionista. Desta forma, Pequito Rebelo consegue obstruir a crítica formulada por R. Proença. Abre-se aqui um parêntesis, para referir que este seareiro se precipitou, de igual modo, quando concluiu ser o Integralismo Lusitano uma cópia da doutrina de Maurras, porque se é verdade que António Sardinha seguiu muito de perto o pensamento maurrasiano (copiou-o no essencial), também não é menos verdade afirmar que ele impulsionou o estudo da Contra-Revolução Portuguesa, estudo «genealógico» prosseguido modelarmente por Fernando Campos, em algumas obras básicas: «Os nossos Mestres. Breviário da Contra-Revolução», «Camilo contra-revolucionário», «D. Frei Fortunato de S. Boaventura, mestre da Contra-Revolução», «Genealogia do Pensamento Nacionalista», «Pensamento Contra-Revolucionário em Portugal (século XIX)» (obra de largo fôlego e valor), etc. Proença precipitou-se, também, insistindo na crítica à «filosofia do facto» atribuída a Maurras, e, conseqüentemente, aos seus «sequazes» lusitanos, porque uma leitura cuidada dos textos de Maurras, embora não dissipe algumas fundas marcas de positivismo, contradiz a «tese experiencialista», como o demonstrou o pensador neo-integralista A. José de Brito.

Fechado o parêntesis, citaremos de novo Pequito Rebelo, porque ele apresentou, na sua obra «Pela Dedução à Monarquia», duas lapidares definições de Integralismo Lusitano, uma doutrinária e outra sentimental. Doutrinariamente, o Integralismo é-nos apresentado como a campanha «da verdade política e do sentimento» animada pelo «interesse nacional», podendo concretizar-se mediante instituições adequadas (Municípios, Corporações, Províncias, etc.); sentimentalmente, o Integralismo é definido pelo sentimento da verdade, pela convicção: «Temos a bênção dos mortos, a enorme força sentimental da tradição. Combatemos por Deus, temos a força augusta da Religião. (...) Somos a reacção contra o sacrilégio, o latrocínio e o assassinato invadindo a pureza da nossa história: somos os vingadores do regicídio»²⁰.

A propósito do carácter reaccionário desta doutrina, Pequito Rebelo afirma que ele se funda numa tendência natural e lusitana. Reagir tem, para Pequito, a «beleza do agir multiplicada», porque exprime a manifestação da vida defendendo-se e lutando contra as tenazes que visam esmagá-la, reduzi-la a pó. O Integralismo assumindo-se como reaccionário, aposta na renovação, e nesta linha ele opta claramente por uma posição a um tempo idealista e realista, por uma defesa inequívoca da sensibilidade e da imaginação, as quais só são nocivas quando arrancadas do contexto em que devem e podem frutificar, tornando-se elementos decisivos de harmonia e de vitória. O Integralismo Lusitano apresenta-se, a seu modo, como uma síntese, dirigida na busca duma força (a Tradição) capaz de superar vectores extremos, irreduzíveis. O Pelicano nasceu sobre o primado da política e não sobre o da filosofia, contudo não tardou que fosse sistematizado numa base de filosofia política, fundamentadora quer da «história integral», quer da «crítica nacionalista» — armas usadas no combate contra a historiografia e a ideologia revolucionárias. Essa base, que devemos designar por pensamento contra-revolucionário, não encerra, por exemplo, um sistema filosófico original, mas apenas um composto equilibrado, capaz de preencher o vácuo doutrinal da Contra-Revolução, flagrante até ao século XVIII, porque, como muito bem salienta Thomas Molnar,

«os contra-revolucionários nunca tiveram tempo nem ocasião de assentar os seus conceitos políticos nas teses filosóficas apropriadas. Quando despertaram do sono da segurança política, viram-se solicitados de demasiados lados ao mesmo tempo para realmente poderem assumir a tarefa de se defenderem e ripostarem. Muito naturalmente tiveram de limitar-se a reagir aos perigos mais ameaçadores, vendo-se obrigados a

²⁰ Cfr. REBELO, J. Pequito, *Pela Dedução à Monarquia*. Lisboa, Edições Gama, 1945, pp. 98-99.

indefinidamente adiar a elaboração, no entanto essencial, da metafísica apropriada às suas ideias políticas»²¹.

No pensamento contra-revolucionário, erguido por Sardinha e seus companheiros, notamos de imediato uma forte influência da «Neo-Escolástica», à mistura com outras correntes, diluída num discurso concordante com as críticas certas dirigidas contra a onipotência da Razão, à qual se contrapõe a Inteligência (em tudo divergente do «superficial e enfático racionalismo do séc. XIX»), porque esta

«dispondo do sentido das «relatividades», eleva-se dos factos às leis e exerce-se salutarmente, pela investigação e pela verificação das determinantes que regem os fenómenos, e do grau de relações que os une entre si. Nunca a Inteligência teve inimigo pior que o racionalismo! O seu desprestígio, — o enfraquecimento das suas faculdades lógicas, não se filiam em outras causas que não sejam derivadas das mil e umas ideologias com que a Razão-Pura nos abastardou e corrompeu a limpidez do pensamento»²².

Pensamento que, segundo Sardinha, se alia profundamente com a acção, sendo erróneo qualquer tentativa que vise separá-los ²³. Portanto, será incorrecto admitir-se apenas a ordem da Inteligência, pois devemos atender, também, à ordem do coração (sensibilidade). Neste sentido, o dilema Ciência-Religião desfaz-se para dar lugar a uma densa interligação fundada numa mútua complementaridade, possível porque a Ciência começou, a partir do último quartel do séc. XIX, a ver reduzido o seu domínio perante a convincente revelação da intuição (graças ao psicólogo William James, ao filósofo Henri Bergson e ao matemático Henri Poincaré), concluindo Brunetière que a Ciência não é «de forma nenhuma uma *solução* para a vida», pois exclui do seu alcance alguns aspectos básicos, como, por exemplo, o mundo moral; a Religião actua precisamente neste mundo como «senhora das vastas expressões da consciência», ganhando, em certo sentido, terreno à Ciência por causa do intenso revisionismo a que esta estava a ser sujeita e podendo até, através da Fé, subjugar-la à Verdade revelada — sim, pela Fé, diz veementemente Sardinha, e só por ela poderemos atingir o Inatingível, que a Ciência esgotada renunciará a desprezar arrogantemente.

Assente no conceito dinâmico de Tradição, o pensamento contra-revolucionário estrutura-se, por um lado, em torno de duas tendências dominantes — *o tomismo e a filosofia positivista* —, e, por outro, em torno dos valores essenciais da Contra-Revolução. Essas duas

²¹ Cfr. MOLNAR, Thomas, *A Contra-Revolução*. Lisboa, Edições Roger Delraux, trad. Paula Reis, 1980, p. 102. Esta obra, publicada pela 1.ª vez em 1969, tem muito interesse e actualidade, porque ao mesmo tempo que revela quais são as debilidades estruturais da Contra-Revolução, indica os métodos e estratégias que esta poderá seguir como forma de afirmar a sua vitalidade, suscitando a reflexão crítica dos estudiosos...

²² Cfr. SARDINHA, António, *Pratiquemos um Acto de Inteligência*. Lisboa, Ed. de José Fernandes Júnior, 1929, p. 12.

²³ Convirá apreciar as seguintes palavras ilustrativas: ««O homem nasceu para compreender», preceituam os intelectualistas. «O homem nasceu para agir», entendem os pragmatistas. Mas como ao começo já era o Verbo e o Verbo se fez carne para habitar entre nós, o homem para o que nasceu foi para compreender e para agir depois» cfr. id., *ibid.*, p. 38.

tendências contribuíram, entre outras coisas, para a consolidação deste princípio básico: quando a acção é subvertida pelo pensamento é lícito e indispensável opor-lhe resistência teórico-prática sob a forma da reacção. Reagindo, se resiste e se pode tentar corrigir os descaminhos da acção esquentada por ideias de cunho racionalista, totalmente divorciadas da realidade. Quanto aos valores da Contra-Revolução, os Integralistas, adversários da valorização dos enciclopedistas, seguem Gama e Castro, autor de «o Novo Príncipe», considerado por Luís Manuel Reis Torgal não como um filósofo político, mas sim como um político prático que leu, a par da sua própria experiência e observação, Edmund Burke (autor da célebre obra contra-revolucionária «Reflections on the Revolution in France»), e, talvez, Joseph de Maistre, pois adoptou um esquema metodológico e uma sistemática semelhantes aos empregues por estes teóricos. Na via aberta por Gama e Castro, Sardenha e outros membros do «Pelicano» perspectivaram os valores contra-revolucionários - a Ordem, a(s) Liberdade(s), a Desigualdade e a Realeza - enquanto imbuídos duma «lógica natural e divina» inexistente nos valores absolutizados pela Razão. Assim, a Ordem — melhor, a «Ordem Nova» de que fala Sardenha em «Ao Princípio era o Verbo» — valor essencial que assegura a evolução pacífica e fecunda da sociedade, encontra-se, desde os começos, presente na Natureza (na organização dos seus fenómenos, dos seus seres, etc.), e por isso é oposto à Desordem (anarquia), que é anti-natural. A Liberdade (ou liberdades) é, também, fulcral, correspondendo a uma intrínseca necessidade do indivíduo; no entanto é relativizada pelo viver-em-relação, que cria carências e limitações no Homem, de modo que é impensável, segundo os Integralistas, tomar a Liberdade como fim absoluto. À igualdade, conceito abstracto, opõe-se a Desigualdade, valor concreto fundado na natureza heterogénea da constituição humana. Por último, a Realeza é o valor orgânico capaz de garantir, na harmonia e eficácia, a dinâmica do Estado regido por duas tendências diversas: uma concentradora e outra descentralizadora.

Base doutrinária e radical, o pensamento contra-revolucionário modela todas as análises e fundamenta, como já atrás referimos, as duas principais teorias complementares: a histórica (viciada, segundo alguns autores, por um acentuado «historicismo») e a nacionalista. Esta engloba aspectos curiosíssimos, como, por exemplo, o sebastianismo e a Estética integralista.

Classificado como a «filosofia da nossa Raça», o sebastianismo possui, na opinião de A. Sardenha, uma parte positiva, mediante a qual pode converter-se em «interpretação psicológica da nossa história» e em crença lúcida no «grande amanhã de Portugal». Ser sebastianista não se reduz, pois, a uma atitude passiva de retomo ou de inútil expectativa, antes consiste em assumir a genuína portugalidade sempre aberta ao futuro. Este construtivo sebastianismo esconde flagrantes conotações com a «tese saudosista» e com a «messiânica», a partir dum denominador comum: o nacionalismo.

A Estética integralista apresenta duas facetas: tomismo e regionalismo. A propósito daquele, convém sublinhar a influência, que Jacques Maritain, autor de «Art et Scolastique», exerceu sobre Sardenha, que foi — sem esquecer, é claro, H. Raposo, espírito sensível à Beleza estética — quem, dentre os Integralistas, melhor se ocupou da problemática artística. Seguindo Maritain, Sardenha acredita que só pela contemplação (entendida como fecunda deleitação espiritual) se pode atingir a verdadeira Arte — aquela que é nutrida pela essência do Catolicismo —, bem distinta da enganadora «religião da beleza», culto estético fabricado pelo Classicismo grego-romano e reproduzido pela Renascença dum modo artificial:

«Porque tipificada, na sua ascendência e nas suas derivantes, a religião da Beleza, começando como um pecado das pupilas, em relação às artes propriamente plásticas, acaba como a demissão da personalidade na selva escuríssima do Não-Ser. Produto fatalíssimo do individualismo, inaugurado com as utopias anti-humanas dos humanistas, corôa, por uma total

decapitação das grandes aspirações da existência (sexualizadas agora até ao extremo de se pedir à comoção artística um aumento ou um sucedâneo das baixas comoções do instinto), a demência quinhentista do uomo único (. . .) O divórcio entre a sensibilidade e a fé, denunciado por Paul Claudel como uma das taras piores que recebemos da Renascença, conduziu-nos, por supostos caminhos de veludos e rosas, ao vácuo imenso dos «paraísos-artificiais», que, sendo o templo em que mais dignamente se celebra a «Religião da beleza», são muitas vezes a ante-câmara, ou do suicídio, ou da loucura»²⁴.

A «paranóia romântica», dirá Sardinha, suggestionada pela «teoria invertida de Jean-Jacques Rousseau» contribuiu para acentuar a tonalidade trágica dessa «religião». Portanto, contra ela ergueu-se a exacta noção de Arte, a autêntica «vocaçãõ do artista». O verdadeiro artista, bem diverso de Nero, apercebe-se, dentro do correcto sentido da sua missão, de que é um ser limitado, e nunca um «ser excepcional», de que é apenas um «operário que opera»:

«Eis porque, longe de se reputar, pelo dom que o habita, um emancipado dos preceitos ordinários da existência, antes a eles se deve submeter com a mais heróica e fecunda conformação. Do artista que compõe ao artista que executa, — do arquitecto ao pedreiro, do escritor ao salariado das nossas oficinas, prostituídas pela invasão da Máquina, que, em lugar de reabilitar o operário, o escravizou e rebaixou ainda mais, não se julgue que a diferença é intrasponeível! Todos eles «criam», e assim, porque dominam a matéria e a afeioam aos ditames da sua razão, todos continuam a obra de Deus, que é uma criação incessante»²⁵.

Quanto ao regionalismo, deverá dizer-se que este foi um dos principais baluartes do Integralismo Lusitano. A sua «filosofia» foi lapidadamente expressa por Bordeaux, quando escreveu: ele é «a aptidão dos lugares para conformar as almas». Neste sentido, convém associá-lo sempre ao nacionalismo, para que se obtenha a criatividade e a carga emocional, indispensáveis a uma Arte genuína e popular. Arte produzida sem a interferência de modelos estrangeiros. Um artista minhoto, por exemplo, ao criar a sua obra deve apenas desenvolver, dentro duma certa flexibilidade estética, a Arte secular da sua região, porque nela reside todo um conjunto de valores, de qualidades e de forças, fortemente individualizado e enriquecedor, que terá de evoluir sem ser invertido ou desvirtuado. As tapeçarias, os bordados, as gravuras, os cestos, as filigranas, o folclore, os autos populares, etc., encerram e projectam uma alma colectiva que sabe criar na continuidade, que vive o presente aberta ao futuro, mas sem romper com o passado, que expressa, enfim, pela variedade a funda unidade que a essencializa. Mediante o regionalismo, os Integralistas aproximam-se duma concepção existencial da Arte.

A «história integral» e a «crítica nacionalista» convergem naturalmente para o plano político, e, em menor grau, para o pedagógico. O primeiro é, de facto, dominante no discurso integralista, mas não o abafa, como pretendem sugerir alguns autores — velhos seareiros e modernos analistas. Os homens do «Pelicano» aperceberam-se da necessidade, referida atrás

²⁴ Cfr. SARDINHA, António, *À Sombra dos Pórticos. Novos Ensaio*s. Lisboa, Liv. Ferin, 1927, p. 301.

²⁵ Cfr. id., *ibid.*, pp. 302-303.

por Thomas Molnar, de assentarem as suas ideias numa «metafísica» válida e adequada, que representa um importante esforço de sistematização doutrinal.

2.1 A Filosofia da Nação

O Integralismo Lusitano emergiu dentro de um «triângulo ideológico», comum a correntes filosóficas associados com o republicanismo, como foi o caso do Criacionismo de Leonardo Coimbra ²⁶: o positivismo, o evolucionismo e a recusa da «envolvente fogueira materialista». Apesar de preso ao legado contra-revolucionário de Comte, assimilou o tomismo, desdenhando de Bergson, numa primeira fase, e lendo-o atentamente numa segunda.

Na primeira, insere-se o curioso ensaio de António Sardinha, «O «Filósofo» Leonardo», onde este é considerado «Reminiscência bastarda do «bergsonismo»» e «consciência do desregramento democrático em que vivemos dum extremo ao outro das duas trincheiras que dividem Portugal de alto a baixo, irreconciliavelmente» ²⁷. Referindo-se a Bergson, Sardinha escreveu, sem desviar os olhos de L. Coimbra, o seguinte:

« «Filosofia da mobilidade” chamou Benda aos belos exercícios de argúcia literária de Henri Bergson. Remotamente influenciado pelas leituras de «L'évolution créatrice» do interessante filósofo francês (convém não esquecer a costela hebraica de Bergson!), o senhor Leonardo Coimbra, pela sua facilidade do verbo com letra minúscula, num país eivado da mais baixa superstição retórica, ganhou depressa as culminâncias da praça pública por essa espécie de novo «alexandrinismo», que na sua obscuridade e falta de senso lógico encontra o principal motivo do seu rápido triunfo. A Bergson ainda se deve, com o incomparável recorte dum temperamento nada vulgar, uma análise feliz e sensata do racionalismo naturalista do século passado. Mas ao senhor Leonardo Coimbra? Evidentemente que a pergunta fica sem resposta»²⁸.

E Sardinha prossegue, no único texto por nós conhecido em que se lhe refere expressamente, reduzindo Leonardo Coimbra a imagens disformes — «verbalista medíocre», «caso de pura patologia» e «intérprete da aguda crise espiritual»— e mostrando ignorar a posição crítica de Leonardo face a Bergson.

Na segunda fase, sobressai João Ameal, que, numa análise mais objectiva e substancial do que a do seu Mestre, começa por apontar ao bergsonismo algumas fraquezas imperdoáveis:

«1.º — a negação da verdade certa e estável; 2.º — a negação dos princípios básicos de identidade e contradição; 3.º — a negação da causalidade; 4.º — um monismo, que suprime a multiplicidade real dos indivíduos e das coisas; 5.º — o desconhecimento do primado da Razão sobre o instinto; etc., e de nada servem as simpáticas tentativas dos seus discípulos, especialmente de

²⁶ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano, art. cit., p. 469.

²⁷ Cfr. SARDINHA, António, *Purgatório das Idéias. Ensaio de Crítica*. Lisboa, Liv. Ferin Torres & C.ª, 1929, p. 196.

²⁸ Cfr. id., *ibid.*, pp. 196-197.

Jacques Chevalier, para o colocarem ao serviço do Catolicismo. Basta escrever-se, expondo Bergson, que a verdade é uma coisa que nunca se acaba de encontrar para se ter vincado, sem querer, o divórcio irremediável da sua filosofia e da Igreja. Tanto assim que a Igreja condenou, em 1914, l'Évolution créatrice... »²⁹

Ameal escreveu isto em 1929. E em 1932, num artigo intitulado «Bergson e o Sindicalismo Revolucionário», Ameal acaba por reabilitar politicamente Bergson aos olhos dos Integralistas. Apesar de reconhecer que muitos dos postulados do autor da «Évolution Créatrice» servem «maravilhosamente a lógica delirante do sindicalismo revolucionário» de Eduard Berth, G. Sorel e outros, tece rasgados elogios, em longa nota, à obra «Les deux sources de la morale et de la religion», dizendo::

«(...) O notável pensador oferece-nos, agora, uma crítica muito mais completa e violenta da utopia democrática. (...) Impossível dizer melhor. A democracia individualista é a negação da ordem natural—é anti-natural por essência. Bem haja Henri Bergson por ter vindo reforçar, com a sua autoridade, esta sentença da sociologia verdadeira! (...) Dentro da filosofia de Bergson, restam ainda muitas confusões, muitas perigosas sementes de ilusão e de revolta. No entanto, cremos que a publicação de «Les deux sources de la morale et de la religion» veio reduzir as afinidades que existiam entre o bergsonismo e a Revolução Social»³⁰.

Concluiremos este ponto, salientando que o Integralismo Lusitano entrincheirou-se num comtismo «escolasticizado», onde as verdades reveladas substituem a busca dialética do Irracional. Num sentido contra-revolucionário, o «Pelicano» acolheu-se sob o manto da Escolástica:

«No neo-tomismo, ou seja, na filosofia tradicional da Igreja, está a solução. (...) Enriquecido hoje pelas valiosas contribuições das ciências psicológicas e das ciências naturais, O néo-tomismo encontrou em Louvain, e graças ao influxo do Cardeal Mercier, um poderoso centro de irradiação. (...) Expurgada dos excessos naturalistas, a Escolástica não é senão, como *perennis philosophia*, a teoria clássica do conhecimento. Usando simultaneamente da análise e da síntese, desenvolve a primeira quanto lhe é possível, enquanto agrupa imediatamente dentro da outra todos os elementos isolados. O seu idealismo objectivo, partindo do domínio pleno do espírito para a plena posse da realidade. Ao contrário do idealismo subjectivo dos contemporâneos, que, descendendo em linha directa do kantismo, não só arruína a autoridade da razão, como nos lança numa floresta densa de erros, onde é necessário filiar a origem de toda a anarquia moderna»³¹.

²⁹ Cfr. AMEAL, João, *Grandeza e Decadência da Filosofia*, in «Nação Portuguesa», Lisboa, série VI, 8 (1929), p. 86.

³⁰ Cfr. id., *Bergson e o Sindicalismo Revolucionário*, in «Nação Portuguesa», Lisboa, vol. VII (1932), pp. 170-171.

³¹ Cfr. SARDINHA, António, *Purgatório das Idéias*, ob. cit., pp. 208-209.

O dilema Ciência-Religião suscitou, também, a atenção do «Pelicano». Para os Integralistas, o dilema resolve-se dum modo bem mais simples e não coincidente com o anterior. Segundo eles, a Ciência não pode ter a pretensão de abarcar toda a realidade, porque há aspectos profundos e elementares que lhe escapam por completo, como é o caso do mundo moral, onde a Religião actua como «senhora das vastas expressões da consciência» — assim a definiu Sardinha. Entre elas é possível uma fecunda complementaridade, dentro dum respeito mútuo e duma motivação comum para o diálogo, único meio válido de se conhecerem melhor.

A Tradição, ponto polémico que constituiu a trave mestra do pensamento integralista, merece, igualmente aqui, particular destaque. Para o «Pelicano» a Tradição constitui a admirável síntese do tempo, da morte na vida, do indivíduo na Nação (realidade orgânica e essencial), e, neste sentido, a base dum pensamento oposto ao radicalismo revolucionário, destrutivo e individualista. Segue Bonald e Maistre, defensores da Tradição católica, e inspira-se na sociocracia de Comte, onde se encontra o intuito profundo de fundir Ordem com Progresso. No entanto, ambos convergem num ponto: o carácter dinâmico da Tradição, expressamente defendido por Pequito Rebelo³².

Por último, e, no que respeita à Moral, os Integralistas viram-na como herança duma secular conduta dos homens desenvolvida à luz de valores sagrados e perenes.

2.2. A Educação Tradicional

A posição pedagógica dos Integralistas.

Estes não desceram até ao pormenor das reformas sectoriais e dos programas específicos, ficando-se pelo debate dos princípios básicos dum adequado sistema educativo, que reflectisse os grandes objectivos da sua campanha doutrinária. Esse debate não fez perder muito tempo, sendo, por isso, possível resumi-lo facilmente.

As reformas de Pombal e a teoria de J. J. Rousseau sobre a bondade natural dos homens, inquinada pela sociedade, tiveram no «Pelicano» um acérrimo opositor. Sardinha — sempre ele! — condenou as medidas educativas do Marquês (em especial a expulsão dos Jesuítas), classificando-as como produto inevitável da «influência nefasta dos Enciclopedistas» e reflexo nítido da concepção pombalina do «Estado-Pessoa». Quanto a Jean-Jacques, o «S. João das hostes do Pelicano» — imagem empregue por João Medina — foi ainda mais frontal, responsabilizando-o pela degenerescência moral e filosófica em que a civilização europeia caíra. Fora ele quem instilara nesta o individualismo nefasto do «Contrato-social», não lhe cabendo, porém, mais do que — como salienta L. de Almeida Braga em «Sob o Pendão Real» (1942) — aperfeiçoar e rematar os malefícios espalhados por Descartes. O Contrato Social completou o Discurso do Método³³. E Almeida Braga não poupou Descartes — o «Robinson do pensamento»

³² O racionalista Karl POPPER na sua obra «Conjectures and Refutations» (London, Routledge and Kegan, 5^{ed}, 1974, pp. 120-135) incluiu um capítulo — «Towards a Rational Theory of Tradition», rico em elementos indispensáveis para um entendimento pleno dos vários tipos, da dinâmica e da função social da Tradição. No fim desse capítulo, Popper refere-se à «tradição da razão», que ele considera ser «a mais essencial»: «Even more precious perhaps is the tradition that works against the ambivalence connected with the argumentative function of language, the tradition that works against that misuse of language which consists in pseudo argument and propaganda. This is the tradition and discipline of clear speaking and clear thinking: it is the critical tradition—the tradition of reason» (p. 135).

³³ Cfr. BRAGA, Luís de Almeida, *Sob o Pendão Real*. Porto, Edições Gama, 1942, p. 97.

segundo Barbey d'Aurevilly— apodando o seu «Cogito, ergo sum» (vertido por L. Coimbra em «Penso, logo existe o pensamento») de «fórmula satânica».

A crítica ao Classicismo esteve, também, sempre presente no espírito e no discurso dos Integralistas. Em «Ao Ritmo da Ampulheta», Sardinha exprimiu-a bem, acrescentando-lhe um sentido construtivo:

«Mas se a Renascença, e com ela o ideal greco-romano, precisa de ser contada como um factor da marcha natural da nossa história, nem por isso nós condenamos a educação clássica nos domínios da pedagogia. No definhamento do gosto literário e na quebra assustadora das faculdades lógicas, — características universais da barbaria contemporânea, eu não sei mesmo de outro recurso que se haja de opor com eficácia à animalização crescente das novas gerações, em quem esmorece o enlevo das boas leituras e onde alastra, como uma nódoa deprimente, a mais vergonhosa das inabilidades no exercício da própria língua. Em Portugal hoje não se sabe redigir! Médicos terminam os seus cursos, terminam os seus cursos engenheiros. E sempre que careçam de praticar a expressão escrita, tanto em relatórios profissionais, como em trabalhos de maior fôlego, é doloroso reconhecer que claudicam indecorosamente na ignorância das mais sóbrias e mais elementares regras do estilo. A ressurreição das humanidades no ensino secundário impõe-se, como mais necessária que o semi-cientificismo a que se sujeita o cérebro dos rapazes, roubando-os nesse período tão decisivo da vida à aprendizagem fundamental do pensar claro e do sentir claro»³⁴.

E inflectindo para a polémica, lembrou que

«no decurso dos debates suscitados pelos dois livros em referência, se provou, primeiro, que a Sorbonne se tornara um dos baluartes do germanismo moderno, enquanto a Alemanha se cura, pela aplicação larga das humanidades dos vícios estruturais da sua inteligência. Provando-se em seguida que educação clássica e educação democrática são termos absolutamente antagónicos e irreconciliáveis»³⁵.

Poderão, talvez, estas palavras parecer estranhas e até mesmo surpreendentes, no entanto elas revelam apenas uma nítida coerência, um firme respeito pela «tradição religiosa» — pois não foram os Jesuítas grandes cultores do *ensino* das «humanidades»? Nem tudo, portanto, era mau no Classicismo! Mas, o bom não podia durar muito, encarregando-se Pombal da sua morte:

«Com a expulsão dos Jesuítas no tempo de Pombal começou verdadeiramente a crise moral e intelectual da nacionalidade. Os Padres do Oratório, paladinos dos métodos cartesianos, sustavam ainda a decaída inevitável, que se consumou ruidosamente em 34, depois de extintas as Ordens Religiosas. A Primeira geração romântica, dotada duma personalidade que não é lícito recusar-lhe, é, por isso, filha da pedagogia

³⁴ Cfr. SARDINHA, António, *Ao Ritmo da Ampulheta*. Lisboa, Ed. da Esposa do A., 1978, pp. 56-57.

³⁵ Cfr. id., *ibid.*, pp. 57-58.

tradicional. Afrouxa-se o ensino das Humanidades e com a retórica invasora do constitucionalismo, o que consegue atenuar a quebra das nossas faculdades lógicas são os estudos experimentais das sciências de observação, que, por seu turno, não tardariam a agravar a enfermidade, criando, principalmente nos médicos, a superstição materialista, de que Bombarda foi o exemplo rematado. Voltou, é certo, o ensino congreganista. Voltaram em relativa liberdade os Jesuítas. Mas esses mesmos transigindo com o preconceito do século, relegaram as Humanidades para um plano inferior, dispensando a sua actividade às investigações naturalistas de que a Broteria registou a documentação honrosíssima»³⁶.

Sardinha condena, pois, a subalternização das «humanidades» e disfire golpes violentos no «carácter e cultura» da sociedade ultra-romântica, apoiando-se em Eça de Queirós e demais «insurrectos das Conferências do Casino».

Sem se pronunciarem sobre os moldes em que as «humanidades» deveriam voltar a ser ensinadas, sem proporem uma «didáctica» capaz de anular as críticas justas dirigidas contra a inflexibilidade, a dureza (recurso sistemático ao castigo...) e o puritanismo excessivo da educação tradicional, Sardinha e seus companheiros insistiram, quanto puderam, no carácter moralizante do ensino. Formar almas, moldar temperamentos, fornecer à Nação uma elite virtuosa, temente a Deus e disciplinada, eis, em síntese, os objectivos da genérica pedagogia integralista.

Atente-se, pois, nos seguintes pontos:

- 1º — A pedagogia integralista revela uma forte tendência moralizante;
- 2º — A integralista, pretende, ao serviço da Escolástica, restaurar as ricas qualidades da língua e a limpidez da razão, opondo-se, também, ao «cientificismo» de feição empirista;
- 3.º— Os Integralistas foram aprofundando a sua religiosidade, inserindo-a sempre no âmbito da Igreja Católica, Apostólica e Romana, «Mestra do Homem» e
- 4.º- A pedagogia integralista visou atacar, mediante uma educação correcta, a preocupante crise de identidade que então se vivia.

Posto isto, passamos ao último item.

2.3. A Contra-Revolução

A doutrina integralista era inimiga da Democracia, da Liberdade e da Igualdade, enquanto abstracções perniciosas que separam os indivíduos do contexto social e secular, que profundamente os caracteriza. Portanto,

«é a esse que nós necessitamos de regressar, se, mais que tudo, a duração e a grandeza da Pátria nos preocupam. A Idade-Média, carecendo de reparar a sociedade, sacrificou por vezes a unidade à liberdade. Mais opressivos e menos profundos, os tempos modernos sacrificaram a liberdade à unidade. É imperioso obter o devido consórcio de duas tendências tão antagónicas. «A Autoridade e competência ao alto,

³⁶ Cfr. id., Purgatório das Ideias, ob. cit., pp. 199-200.

Liberdade e fiscalização à base, — declarava Maurice Muret, na Gazette de Lusanne, resumindo as suas observações sobre a Guerra. O homem que souber corrigir neste sentido as democracias contemporâneas, — a Bélgica incluída — terá bem merecido da Europa e do Mundo». Não será um homem, — asseveramo-lo. Será antes um sistema, um princípio. Será a Monarquia, porque só ela concilia a unidade com a liberdade, a concentração com a descentralização»³⁷.

Monarquia, que os integralistas adornaram com os atributos de «(orgânica», «tradicionalista» e «anti-parlamentar», empregues em 1914, na caracterização do «programa», publicado no n.º 1 da «Nação Portuguesa». «Programa» dividido em duas partes. Na primeira, designada por «tendencia centralisadora» (nacionalismo), afirma-se o poder pessoal do Rei (Chefe do Estado) nas suas três funções específicas, que são a governativa e suprema (exercida por ministros «livremente escolhidos, especializados tecnicamente», que eram perante ele responsáveis, e por conselheiros técnicos «também especializados»), a «coordenadora, fiscalizadora, e supletoria das autarchias, regionaes, profissionaes e espirituaes» e, por último, as funções executivas (dentre elas sobressai a «defesa diplomática », importante ofício régio). Na segunda, designada por «tendencia descentralisadora », definem-se os aspectos económicos Corporação, Graus corporativos superiores e Nação Económica), «familiar administrativo» (Família ³⁸, Paróquia, Município, Província e Nação Administrativa), judicial (Julgado municipal, Tribunal provincial, Supremo Tribunal de Justiça e Conselho Superior de Magistratura) e espiritual (Arte, Ciência, Religião e Nação Espiritual)..

O binómio autoridade-liberdade, sugerido atrás por Maurice Muret, mereceu, também, de Leonardo Coimbra uma curiosa análise. Em «Liberdade e Autoridade», artigo publicado na «Águia» (1925), ele confrontou a tese da «Autoridade de facto», inserida no realismo sociológico dos Integralistas, com a da «Autoridade— acôrdo de liberdades», feita pelo «esforço das liberdades» e por «actos anteriores de inteligência», concluindo assim:

«(...) Trazendo o para a visão sociológica, teremos as perspectivas dos empíricos, as perspectivas em relevo dos teóricos de Autoridade-Facto e o relêvo quadrimensional da Autoridade-Justiça, acôrdo das liberdades ou inteligências. E à guisa de aplicação, saibam ser democratas e não temam a fixidez autoritarista do momento, que ela resulta duma visão que é incompleta e errônea, até na simplicidade elementaríssima dos fenómenos mecânicos» ³⁹.

³⁷ Cfr. id., *Ao Principio era o Verbo. Ensaios & Estudos*. Lisboa, Livraria Portuguesa, 1924, pp. 139-140.

³⁸ Os Integralistas conceberam a Família como a unidade básica do seu edifício político: «(...) Reconstituamos, pois, a sociedade reconstituindo a Família, agrupamento fundamental e primário, na sua íntima composição monogâmica e territorial. Da Família iremos, ao Município e à Corporação. Do Município e da Corporação, somados organicamente na Província, sairá a Pátria, servida nos seus fins superiores pela acção coordenadora do Estado»— cfr. id., *ibid.*, pp. 312-313.

³⁹ Cfr. COIMBRA, Leonardo, Liberdade e Autoridade, in «A Águia», Porto, 3.ª série, 37-48 (Julho 1925), p. 38.

No que concerne à concepção do Integralismo Lusitano sobre o Trabalho, vem a propósito referir que há uma diferença qualitativa entre o contributo dado pelos Integralistas da primeira fase (1914-1926), e o dos da segunda (1926-1938). Àqueles (destacamos, sobretudo, António Sardinha, Luís de Almeida Braga e J. Pequito Rebelo) foram os responsáveis pelo modelo corporativo inserto na noção soreliana de «Monarquia Operária», noção radicada no princípio de que é possível superar o conflito, entre o proletariado e o patronato, através duma unificação orgânica dos interesses de ambos:

«(..) Estabelecida a incapacidade orgânica dos sistemas democráticos para resolver a questão social pela sua condição simultaneamente plutocrática e parlamentarista, ao proletariado só resta a Revolução ou o Rei. George Valois, ao colocar o dilema, examina-lhe os termos detidamente. Daí a hipótese da Monarchie-ouvriere, que nos meios operários mais esclarecidos vai alargando o seu prestígio e a sua influencia. Discipulo de Sorel, Edouard Berth aplaude-a e aceita-a como o único processo eficaz de restringir o Estado ao mínimo da sua acção, sem levantar os horrores duma crise universal, em que certamente a civilização e a sociedade se subverteriam»⁴⁰.

Herdeiros desse modelo, num contexto marcado em breve pelo aparecimento do «Estado Novo», os Integralistas da «nova geração» cindiram-se em dois grupos: de um lado, ficaram os que, como Manuel Múrias (director da «Nação Portuguesa» de 1926 em diante), João Ameal, etc., decidiram afastar-se das influências do «sindicalismo revolucionário» de Berth e Sorel, confiando no êxito da assimilação salazarista do corporativismo; e do outro, encontramos os «camisas azuis» de Rolão Preto ⁽⁴⁴⁾, que, fascinados com os exemplos vindos da Itália e da Alemanha, se propunham levar a Revolução Nacional de 26 muito mais longe e dentro do estilo aguerrido dos velhos Integralistas.

*

Este ensaio, que assim se conclui, para além das múltiplas questões levantadas, encerra uma hipótese para pesquisas posteriores: o antagonismo que opõe, no caso português, a Revolução à Contra-Revolução resulta da busca e/ou (re)criação dum modelo radical e utópico do Homem luso, nas suas principais dimensões — político-social, psicológica e mítica.

⁴⁰ Cfr. SARDINHA, António, *Ao Principio era o Verbo...*, ob. cit, pp. 131-132.